

Rui Barbosa e a anistia: cultura política no alvorecer da República (1889-1910)

ARTHURO LUIZ GRECHI DE CARLOS\*

A presente pesquisa está sendo desenvolvida no mestrado acadêmico em andamento no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que tem como objeto de estudo a temática da anistia e a atuação política e jurídica de Rui Barbosa em torno desta, em quatro situações conflituosas onde a medida foi decretada nos anos iniciais da república (1892, 1895, 1905 e 1910)<sup>1</sup>. A pesquisa busca compreender, fundamentalmente, qual a influência e os legados desta atuação em uma cultura política nacional<sup>2</sup>. Nosso recorte temporal está, assim, demarcado no contexto político da transição de regimes, tendo como marco inicial a proclamação da república e limitando-se até o ano de 1910, com ênfase nos momentos dos acontecimentos apontados<sup>3</sup>. Assim, a apresentação se estruturará da seguinte forma: primeiramente, traçaremos um breve histórico de nosso contato com as fontes e de nossa experiência de pesquisa anterior. A seguir, discorreremos sobre a justificativa de nosso tema de pesquisa (Rui Barbosa e a anistia) e de nosso recorte temporal. Por fim, faremos algumas considerações sobre o conjunto de fontes que utilizaremos e o marco teórico que guiará nossa pesquisa.

A ideia inicial para a elaboração deste projeto se deu a partir da pesquisa desenvolvida em nosso trabalho de conclusão de curso, apresentado no segundo semestre de 2013 no Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul<sup>4</sup>. Neste, pretendíamos inicialmente analisar a ação política de Rui Barbosa em quatro anistias,

---

\* Mestrando do Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>1</sup> A primeira anistia citada foi decretada em 08/06/1892, visando contemplar os envolvidos nas manifestações ocorridas na capital contra Floriano Peixoto, que havia assumido a presidência depois da renúncia de Deodoro da Fonseca. Já a segunda data de 21/10/1895 e visava contemplar os envolvidos na Revolta da Armada e na Revolução Federalista, que em dado momento ocorreram em consonância, tendo a anistia um papel preponderante para que essa última chegasse ao fim. A terceira anistia referida é de 05/08/1905 e foi decretada na esteira dos acontecimentos da Revolta da Vacina, na capital Rio de Janeiro, enquanto a quarta e última, de 25/11/1910, foi decretada como uma das condições dos marinheiros insurgentes da Revolta da Chibata para que depusessem as armas. (MARTINS, 1978).

<sup>2</sup> A reflexão sobre o conceito de cultura política a ser utilizado está a seguir no item Referencial Teórico.

<sup>3</sup> Factualmente nosso recorte temporal se limita até 1910, ano que ocorreu a Revolta da Chibata. No entanto, as discussões políticas e principais repercussões acerca da decretação desta anistia se dão em momentos posteriores. Assim, algumas de nossas fontes primárias referentes ao contexto deste último acontecimento tem uma datação posterior.

<sup>4</sup> Neste trabalho procurei responder, a partir da análise da ação política de Rui Barbosa em duas anistias no início da Primeira República (1892 e 1895), se seus posicionamentos sobre a medida nestas ocasiões sustentavam a hipótese da existência de uma tradição de anistias no Brasil, fundamentada em suas teorizações.

ocorridas nos anos de 1892, 1895, 1905 e 1910. No entanto, a análise das duas primeiras se revelou extremamente profícua ao longo do processo de elaboração do trabalho, obrigando-nos a restringir a estas o objeto de análise. A partir dessa primeira experiência de pesquisa, vislumbramos a possibilidade de elaborar o presente projeto, utilizando o mesmo conjunto de fontes e ampliando-o com as que acabaram não sendo utilizadas. Assim, o projeto atual terá uma abrangência maior e uma problemática mais complexa em relação ao progresso, possibilitadas pelo maior tempo que teremos para sua execução.

Rui Barbosa foi um intelectual muito atuante em seu tempo. Bacharel em direito, envolveu-se profundamente na política nacional: foi deputado, senador, ministro, Vice-Chefe do Governo Provisório instaurado em 1889 e candidato à presidência da República em duas ocasiões<sup>5</sup>. Foi também membro fundador e presidente por duas ocasiões da Academia Brasileira de Letras (GONÇALVES, 2000). Durante sua vida e ação política envolveu-se em questões como abolicionismo, federação, separação igreja/estado, educação e reforma eleitoral<sup>6</sup>. Entre os diversos assuntos sobre os quais teorizou ao longo de sua vida está a anistia, devido ao seu conhecimento de causa e autoridade para falar sobre o tema, enquanto jurista e político atuante. No entanto, esta sua atuação política, reflexão e posicionamento sobre a anistia, medida de natureza jurídica e política que esteve tão presente ao longo da história do Brasil<sup>7</sup> ainda não foi explorada pela historiografia<sup>8</sup>. Logo, nossa proposta é

---

<sup>5</sup> Cargos políticos significativos exercidos por Rui Barbosa ao longo de sua vida: deputado provincial, deputado geral e senador, pelo estado da Bahia; primeiro vice-chefe do Governo Provisório; ministro interino da justiça e ministro da fazenda. Ainda durante o Império, recebeu do imperador o título de Conselheiro, maior honraria não nobiliárquica concedida pelo monarca. Destaque também para sua ativa participação nas discussões em torno da elaboração da Constituição de 1891 e para sua expressiva atuação como representante do Brasil na 2ª Conferência de Paz de Haia, na Holanda, a qual lhe rendeu o famoso epíteto “a águia de Haia”. (GONÇALVES, 2000).

<sup>6</sup> Em relação a heterogeneidade das questões em que se envolveu, destaco as palavras de João Felipe Gonçalves: “Antes de mais nada, seria por campanhas que se daria sua atuação política (...) Em cada época da sua vida, Rui Barbosa levantava uma bandeira, uma questão, a que se dedicava totalmente, que estudava com afinco, e pela qual se batia com ardor.” (GONÇALVES, 2000, p. 29).

<sup>7</sup> De acordo com Roberto Ribeiro Martins, a anistia foi recorrente ao longo da história do Brasil. A medida aparece, por exemplo, já nas rebeliões coloniais do século XVIII (com exceção das Conjurações mineira e baiana); uma das primeiras medidas da Regência Trina Provisória, que assume o poder após a abdicação de D. Pedro I, foi a decretação de uma anistia ampla que beneficiasse todos os condenados por motivos políticos durante o I Reinado; e a medida também esteve presente nos desfechos dos principais conflitos do atribulado Período Regencial, como a Guerra dos Farrapos, a Balaiada e a Revolução Praiera. (MARTINS, 1978).

<sup>8</sup> Em meu trabalho de conclusão de curso, demonstro que a associação do nome de Rui Barbosa à anistia é operada posteriormente em diversas oportunidades, como, por exemplo, nos contextos de decretação das anistias de 1945 e 1961 e na Assembleia Constituinte de 1946. (CARLOS, 2013). Essa associação também aparece em discussões recentes sobre a anistia de 1979. Por exemplo, o presidente do Clube Militar, Gilberto Rodrigues Pimentel, emitiu uma nota de opinião em 24/09/2014 atacando a Comissão Nacional da Verdade e defendendo a irrevogabilidade da anistia, onde traz uma citação de Rui Barbosa para corroborar sua argumentação: “Ninguém concebe que se desanistie amanhã o indivíduo anistiado ontem. Não há poder, que possa reconsiderar a anistia, desde que o poder competente uma vez a fez lei”. Quem assim se expressou foi Rui Barbosa, nas suas Obras

explorá-la, por entendermos que a anistia em si e a discussão conceitual em torno do termo são terrenos muito profícuos para se analisar, discutir e refletir aspectos da história política do Brasil. Trata-se de uma medida que foi muito aventada em momentos onde a efervescência política resultou em confrontos, e os debates políticos em torno da viabilidade, necessidade e relevância de sua decretação acabavam sendo intensos. Entendemos que os acontecimentos supracitados, que pretendemos explorar, não se tratam meramente de expressões violentas comuns a um período conturbado por uma troca de regime, mas sim de conflitos político-sociais de importante repercussão à época. Por sua natureza política, marcaram momentos onde projetos e ideias estavam em confrontação.

O ano de 1889 marcou a derrocada da monarquia e a proclamação de um novo regime de governo no Brasil, a república. O baixo número de mortes, a rapidez com que se produziu o golpe liderado por Deodoro e relatos, como o famoso de Aristides Lobo, tendem a minimizar o impacto deste acontecimento na trajetória política do país<sup>9</sup>. A ausência de sangue e a baixa adesão/participação da população nos acontecimentos poderiam ser interpretadas como características de uma transição sem alterações nas estruturas políticas e sociais de dominação.

No entanto, mesmo que se admita a relativa facilidade com que foi feita a proclamação, a baixa adesão popular e a ausência de mudanças na estrutura de dominação político-social decorrente disso, não se pode negar que a ruptura institucional acarretou profundas alterações na esfera político-administrativa estatal e inaugurou um conturbado período na história política do país. As duas primeiras décadas de vida do nascente regime foram palco de inúmeras agitações e violentos conflitos das mais diversas naturezas e motivações e que envolveram diferentes atores sociais (FLORES, 2006). Podemos observar, por exemplo, contendas originadas por desacertos entre grupos políticos que lideravam o processo (manifestações deodoristas contra Floriano, na capital Rio de Janeiro, em 1892), conflitos entre setores oligárquicos por poder local (Revolução Federalista, 1893), e sublevação de grupos das forças armadas identificadas com a monarquia e simpáticos à

---

Completas, em 1897". Link: <http://clubemilitar.com.br/opiniao-do-presidente-do-clubemilitar/> - acessado em 07.11.2014.

<sup>9</sup> Elio Chaves Flores se refere às palavras do republicano Aristides Lobo, publicadas em artigo no jornal paulistano Diário Popular, como a “clássica observação”, e considera estas palavras as mais citadas sobre o 15 de novembro nos livros de história. Segue o trecho referido: “O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava (...) acreditavam sinceramente estar vendo uma parada”. (FLORES, 2006, p.53). José Murilo de Carvalho utilizou o termo “bestializados” no título de uma de suas obras, em referência à mesma famosa frase de Aristides Lobo (CARVALHO, 1987).



restauração (Revolta da Armada, 1893). Também houve conflitos que se desvinculavam do caráter intra-elites destes mencionados e que envolveram grupos sociais subalternos, afastados das esferas de decisão da política-institucional: os movimentos de Contestado e Canudos, com origem no campo e com fundo religioso e as Revoltas da Vacina e da Chibata, ocorridas na capital Rio de Janeiro. Como consequência destas repetidas sublevações, houve o advento de diversas anistias, o que se configura em uma particularidade importante deste período, qual seja, a decretação de um elevado número de anistias em um curto espaço de tempo. Tal particularidade ratifica ainda mais as potencialidades de análise que o período carrega, especialmente sob o viés de nossa problemática de pesquisa proposta.

Assim, alargando o horizonte cronológico da abordagem e analisando a transição política Monarquia-República por uma perspectiva processual, podemos afirmar que foi um período de intensa agitação. Novos valores e práticas políticas estavam sendo institucionalizados, assimilados e decodificados pela coletividade nacional (mesmo levando em conta o caráter excludente do processo político da época)<sup>10</sup> e os atores políticos se manifestaram profusamente diante da nova conjuntura, tanto na esfera institucional quanto nas ruas, praças ou no campo de batalha (MATTOS, 2012). Por isso, cremos que estudar as anistias na Primeira República, destacando a atuação de Rui Barbosa, um dos personagens mais ativos e marcantes da política brasileira, contribui para enriquecer a compreensão da história política, e das práticas e comportamentos políticos observados em nosso país, que perduraram através do tempo e fazem parte da cultura política brasileira. Pois, como destacou Hebe Mattos, as culturas e tradições políticas formuladas a partir dos embates desse período encontram-se ainda hoje presentes na vida política brasileira (MATTOS, 2012).

Assim, diante do que foi exposto até aqui, acreditamos que os debates e discussões políticas em torno das soluções viáveis de saída para os acontecimentos referidos e, mais especificamente, as reflexões de Rui Barbosa - personagem profundamente envolvido no processo político de transição de regimes - construídas nos debates em torno da anistia, nos permitem compreender importantes aspectos de uma cultura política nacional, que não

---

<sup>10</sup> Sobre a proclamação do novo regime e participação política eleitoral, José Murilo de Carvalho afirma: “Nossa república, passado o momento inicial de esperança de expansão democrática, consolidou-se sobre um mínimo de participação eleitoral, sobre a exclusão do envolvimento popular no governo.” (CARVALHO, 1987, p. 161). Quanto à ação política popular, o autor coloca que “[...] ela se dava fora dos canais e mecanismos previstos pela legislação e pelo arranjo institucional da República.” (CARVALHO, 1987, p. 145). Ainda que na obra citada o recorte espacial do autor seja a capital Rio de Janeiro, entendemos que estes processos guardavam muitas similaridades com o restante do país.





passaria incólume aos conturbados e marcantes primeiros anos da República brasileira. Com isso, nosso problema central de pesquisa é: como a ação política de Rui Barbosa, especialmente sua participação nas discussões acerca das anistias de 1892, 1895, 1905 e 1910, ajuda a entender a cultura política que estava sendo forjada nos anos iniciais da República?

Para lograr êxito em nosso objetivo, entendemos ser necessário elucidar, de forma adjacente, as seguintes questões: Quais ideias, projetos políticos e modelos de República estavam em disputa no período? De que forma se deu a atuação de Rui Barbosa, no contexto político de forma geral (1889-1910) e nas discussões acerca das anistias? Quais os principais traços/características da cultura política que estava se forjando na Primeira República? E, por fim, como se sucedeu o processo de decretação das quatro anistias ao final dos conflitos citados e quais suas especificidades?

Faremos agora algumas considerações sobre o referencial teórico que utilizamos para desenvolver a pesquisa até agora. Um dos conceitos mais importantes para nossa pesquisa é o de cultura política. O conceito foi desenvolvido principalmente por autores franceses como Serge Berstein e Jean François-Sirinelli, porém nossa pesquisa se apoiará fundamentalmente na contribuição que o pesquisador Rodrigo Patto Sá Motta trouxe para a apropriação do conceito pela historiografia, assim como seus apontamentos sobre sua importância e potencialidades. Pela definição que Motta dá ao conceito, a cultura influenciaria as decisões e ações políticas, não decorrendo estas “apenas da apreensão racional de interesses e/ou da aceitação de ideias e projetos sistemáticos e coerentes.” (MOTTA, 2014, p. 11). O autor entende também que tal conceituação pode ser utilizada tanto no plural, onde haveria culturas políticas dividindo o mesmo espaço, quanto no singular, destacando a cultura política de cada espaço nacional. Há ainda a opção de manter a grafia no singular para designar a coletividade nacional e utilizar-se do termo sub-culturas para designar os diferentes grupos coexistentes e em disputa dentro do cenário nacional (MOTTA, 2014). Ainda, destaca que as culturas políticas não podem ser encaradas como realidades estanques e que, na maneira como as concebe, só podem existir na duração, como fenômeno estruturado e reproduzido ao longo do tempo, onde não há espaço para o efêmero (MOTTA, 2014). Assim, o conceito de cultura política, da maneira como Motta o desenvolve, será a força motriz e a chave explicativa principal de nossa pesquisa, uma vez que oferece sentido à nossa pergunta central, assim como auxiliará a respondê-la.

Outro conceito importante para nosso trabalho é o de anistia. Entendemos ser este um conceito, de certa forma, abrangente, por possuir definições e significados variáveis. No entanto, gostaríamos de destacar a contribuição do filósofo francês Paul Ricoeur. Em sua obra *A memória, a história, o esquecimento* (2007), Ricoeur trabalha, entre outras, com a problemática do esquecimento, que, em um determinado momento, é associada à anistia. Para isso elabora uma tipologia, relacionando o esquecimento a diferentes usos e abusos da memória: memória impedida, memória manipulada e memória obrigada. Ao refletir sobre esta última, escreve sobre o esquecimento comandado, que se cristalizaria principalmente na anistia e, em menor escala, no direito de graça. A partir dessas reflexões, Ricoeur defende que a anistia só teria validade enquanto terapia social emergencial, sob o signo da utilidade, jamais da verdade. Igualmente importante é a contribuição de Heloísa Greco, que em sua tese de doutorado intitulada *Dimensões fundacionais da luta pela anistia* (2003), traz outra importante dimensão conceitual de anistia: do ponto de vista histórico, é importante e necessário estar atento aos sentidos que os protagonistas atribuem à anistia em cada conjuntura.

Consideramos igualmente importante destacar a relação da anistia, um dos pontos centrais da pesquisa, com a ideia de conciliação política<sup>11</sup>. O historiador Renato Lemos considera, por exemplo, que a tradição do Brasil em matéria de anistias expressaria pelo menos uma outra: a da conciliação como forma de preservação dos interesses fundamentais das classes dominantes (LEMOS, 2002). Já Rodrigo Motta considera a conciliação como um tema com grande potencial de exploração pela historiografia, pois é tradicionalmente considerada uma característica marcante de nossa cultura política, e que a anistia decretada em 1979 estaria entre as manifestações desta tendência conciliatória, que aparece em diversos momentos e episódios ao longo de nossa história, destacando mais uma vez a citada relação<sup>12</sup> (MOTTA, 2014). Assim, também julgamos de suma importância para o projeto considerar esses apontamentos sobre a anistia, já que vão ao encontro de como pretendemos estudá-la ao longo da pesquisa, principalmente em termos conceituais, na sua relação com a conciliação e a cultura política.

---

<sup>11</sup> Carla Rodeghero distingue as noções de conciliação e reconciliação: esta, diferentemente daquela, seria um processo longo e não poderia vir acompanhada de esquecimento, pois opera a partir do trabalho de lembrança e de luto. (RODEGHERO, 2012).

<sup>12</sup> Além da obra de José Honório Rodrigues, Rodrigo Patto Sá Motta também apoia sua argumentação da presença da conciliação política na história brasileira, em menor escala, em contribuições dos autores Gilberto Freyre e Roberto DaMatta. (MOTTA, 2014).



Por fim, o conjunto de fontes a ser utilizado no presente projeto consiste basicamente em registros da atuação política e jurídica de Rui Barbosa, nas instâncias do poder Legislativo (Senado Federal) e Judiciário, relacionada às anistias que são nosso objeto de investigação e, em menor escala, sua produção jornalística em artigos e entrevistas na imprensa. Tais fontes encontram-se disponíveis no site da Fundação Casa de Rui Barbosa, que disponibiliza a versão digital da coleção *Obras Completas de Rui Barbosa*, com 137 tomos publicados, constituída pelos trabalhos do político baiano em suas diversas áreas de atuação: jurídica, política e jornalística. O site possui mecanismos de busca que possibilitam a pesquisa na coleção por tomos, volumes ou palavras. Ao todo, as fontes primárias selecionadas para a elaboração do projeto estão presentes em 11 diferentes tomos.

Apesar de ter desenvolvido uma intensa atuação política ao longo de sua vida, a produção literária de Rui Barbosa acerca dos temas nos quais se envolveu, entre eles a anistia, foi relativamente baixa. Assim, suas argumentações jurídicas, pronunciamentos no Senado Federal e manifestações na imprensa constituem-se em valiosos canais de apreensão de seu pensamento, quando analisadas adequadamente: a partir de um conhecimento solidificado do contexto em que foram produzidas e de seus interlocutores, assim como das instituições onde ocorreram. Importante igualmente ressaltar a necessidade de conhecimento igualmente solidificado da biografia de Rui Barbosa, já que aspectos desta podem ser importantes variáveis na compreensão de seu posicionamento nos diferentes momentos que serão estudados, dentro do marco temporal escolhido. A familiaridade com este conjunto documental, advinda de minha outra experiência de pesquisa já mencionada, foi fundamental para a percepção de seu potencial para a elaboração deste projeto<sup>13</sup>.

### **- Considerações finais**

Como considerações finais, gostaria de reiterar que a pesquisa aqui apresentada encontra-se em processo de elaboração, já que foi aprovada na seleção para o mestrado acadêmico no primeiro semestre deste ano. Com isso, cremos que o contato com outros

---

<sup>13</sup> Além da experiência da elaboração da pesquisa mencionada em 2013, também tive contato com a documentação durante minha atuação como bolsista de iniciação científica do projeto “Anistia, esquecimento e conciliação: as anistias de 1945 e 1979 numa perspectiva comparada”, no período de agosto de 2012 a março de 2014.



pesquisadores que trabalham com o período da Primeira República e com o conceito de cultura política poderá trazer importantes contribuições para a continuidade do trabalho.

## **Bibliografia**

ALMEIDA, Leandro Silva de. O discurso modernizador de Rui Barbosa (1879-1923). 2009. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História: Instituto de Ciências Humanas – ICH. Universidade Federal de Ouro Preto, 2009.

AMARAL, Márcio Tavares d'. *Rui Barbosa*. São Paulo: Três, 2001.

BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A.N. (Org.). *O Brasil republicano*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX & SIRINELLI (org.). Para uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1988.

CARDIM, Carlos Henrique. *A raiz das coisas. Rui Barbosa: o Brasil no Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Bóris. *História Geral da Civilização Brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel/Difusão Editorial S.A, 1978. 7 v. : il.

\_\_\_\_\_. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo : Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. Brasil 1870-1914: a força da tradição. In: *Pontos e bordados : escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.





\_\_\_\_. Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos. In: *Pontos e bordados : escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

\_\_\_\_. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. . In: *Pontos e bordados : escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

CARLOS, Arthuro Luiz Grechi de. *Revisitando as ideias de Rui Barbosa e a anistia: novas percepções*. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Departamento de História: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

CARONE, Edgard. *A república velha*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1983. 2 v.

FLORES, Élio Chaves. A consolidação da república: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A.N. (Org.). *O Brasil republicano*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GONÇALVES, João Felipe. *Rui Barbosa: pondo as ideias no lugar*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

GRECO, Heloísa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. 2003. 559 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-64. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro de 2012.

MATTOS, Hebe. A vida Política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História do Brasil Nação: 1808-2010*. São Paulo: Objetiva, 2012, v. 3.

MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. Rio de Janeiro: Irmão Pongetti, 1959.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. 2 ed. Belo Horizonte, MG : Fino Traço, 2014.

\_\_\_\_. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. In: ABREU, Luciano Aronne de; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Autoritarismo e Cultura Política*. Porto Alegre: FGV: EDIPUCRS, 2013.



RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O Processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A.N. (Org.). *O Brasil republicano*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 4 v. : il.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007.

RODEGHERO, Carla. Anistia, esquecimento, conciliação e reconciliação: tensões no tratamento da herança da ditadura no Brasil. In: ARAÚJO, Maria Paula; MONTENEGRO, Antônio T. e RODEGHERO, Carla. *Marcas da Memória : história oral da anistia no Brasil*. Recife: Ed Universitária da UFPE, 2012.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

SCHNEIDER, Ann. *Amnistied in Brazil, 1895-1985*. 2008. 306 f. Dissertação (Doutorado em Filosofia). Universidade de Chicago, Illinois, Departamento de História, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. População e sociedade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História do Brasil Nação: 1808-2010*. São Paulo: Objetiva, 2012, v. 3.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.